

Protocolo nº 33902 - 465019 2016-69

Data Registro: 10 06 2016

Hora Registro: 10 44 hs 20

Assinatura: 



**Nota nº 015 /2016/GGREP/DIPRO/ANS**

Rio de Janeiro, 09 de junho de 2016.

**Assunto:** Complementação a Exposição de Motivos da proposta de Resolução Normativa que dispõe sobre a regulamentação específica dos contratos coletivos empresariais de planos privados de assistência à saúde com poucas vidas, exarada na nota nº 010/GGREP/DIPRO/ANS.

A presente nota tem como escopo efetuar os ajustes propostos pela Diretoria Colegiada na 445ª reunião realizada, em 01/06/2016, quando da apresentação da minuta de resolução em comento.

Naquela oportunidade, a minuta contemplava os contratos coletivos empresariais com **até dois beneficiários titulares**. Elegeu-se tal número fundamentando-se, principalmente, nas demandas institucionais que esta Agência reguladora vem recepcionando, tanto através de seus canais de atendimento quanto através dos veículos de imprensa, sobre o exponencial aumento na contratação de planos coletivos empresariais por microempreendedores individuais (MEI), dentre outros como CEI, EIRELI etc.

Como o maior número de contratação que se tem notícia é através do MEI e, com o intuito de se alinhar a regulação com a legislação em vigor sobre o tema, a referida minuta retirou seu fundamento no disposto na Lei Complementar nº 123, a qual estabelece em seu artigo 18-C que, somente poderá se enquadrar como MEI, o empresário individual que possua um único empregado, que receba exclusivamente 1 (um) salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional.

Ressalte-se que, em alguns casos os beneficiários são *estimulados* a constituir uma empresa, em uma das modalidades acima citadas, com o objetivo de viabilizar a contratação de um plano coletivo empresarial, prática esta que a proposta de normativo visa coibir.

Durante a apreciação do exposto, a Diretoria Colegiada, através de considerações técnicas, e tendo por alicerce a realidade do mercado atual onde os contratos com até cinco beneficiários representam mais de 58% dos contratos coletivos empresariais vigentes, entendeu que, especificamente, os **contratos coletivos com até cinco beneficiários em que o grupo familiar corresponda mais de 50% (cinquenta por cento) da formação do contrato** devam ser o foco da presente proposta.

No quadro abaixo, já reproduzido na nota nº 10/GGREP/DIPRO, pode se observar a expressividade do mercado a ser alcançado com a substituição da proposta de se regulamentar contratos coletivos empresariais com **até dois beneficiários titulares** para se regulamentar contratos coletivos empresariais **com até cinco beneficiários, sendo 50% ou mais, pertencente ao mesmo grupo familiar.**

Beneficiários no Contrato	N.º de Contratos	Proporção	Proporção Acumulada						
			Até 5	Até 10	Até 30	Até 50	Até 100	Até 1000	Até 2000
1	43.201	4,29%	58,48%	77,19%	89,77%	93,00%	95,88%	99,48%	99,77%
2	96.226	9,55%							
3	179.414	17,81%							
4	175.344	17,41%							
5	94.944	9,42%							
6	65.638	6,52%							
7	41.688	4,14%							
8	35.643	3,54%							
9	24.176	2,40%							
10	21.356	2,12%							
11 - 30	126.653	12,57%							
31 - 50	32.586	3,23%							
51 - 100	28.975	2,88%							
101 - 500	30.967	3,07%							
501 - 1.000	5.367	0,53%							
1.001 - 2.000	2.866	0,28%							
2.001 - 10.000	2.081	0,21%							
10.001 - 281.807	264	0,03%							
<b>Total</b>	<b>1.007.389</b>	<b>100,00%</b>							



Infere-se, portanto, que com a alteração da minuta, atinge-se o escopo regulatório da proposta que é a coibição de constituição de pessoa jurídica na forma do MEI e correlatos (CEI, EIRELI), exclusivamente, com o objetivo de contratar planos privados de assistência à saúde.

**Cumpre deixar consignado que, uma vez aprovada, a futura resolução normativa só terá o condão de regulamentar os contratos firmados posteriormente à data de vigência do referido normativo, respeito ao ato jurídico perfeito.**

Por fim, a nova versão da minuta prevê uma *vacatio legis* de 30 (trinta) dias após sua publicação, para que a sociedade tenha tempo hábil para se adaptar a vigência das regras previstas no novo normativo.

Sendo estes os ajustes a serem efetuados pela área técnica e em cumprimento ao recomendado pela DICOL, encaminhamos a referida Nota juntamente com os seguintes documentos: Minuta da Resolução Normativa do Coletivo com Cinco Beneficiários e Sumário Executivo para apreciação da Diretoria Adjunta de Normas e Habilitação de Produtos.


A consideração superior,

**Patricia Leão Vieira de Almeida Silva**  
Especialista em Regulação de Saúde Suplementar  
Mat. SIAPE nº 1559957

De acordo em, 10 / 06 / 2016. À DIRAD/DIPRO para apreciação, com proposta de encaminhamento ao Diretor da DIPRO.

**Fabricia Goltara Vasconcellos Faedrich**  
Gerência de Manutenção e Operação dos Produtos  
Mat. SIAPE nº 1512464

De acordo, em 19/06/2016. Encaminhe-se em prosseguimento ao  
Diretor da DIPRO.

  
**Carla de Figueiredo Soares**  
Diretora Adjunta de Normas e Habilitação dos Produtos

De acordo, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016. Encaminhe-se à Diretoria Colegiada

**Karla Santa Cruz Coelho**  
Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos  
Diretor-Presidente